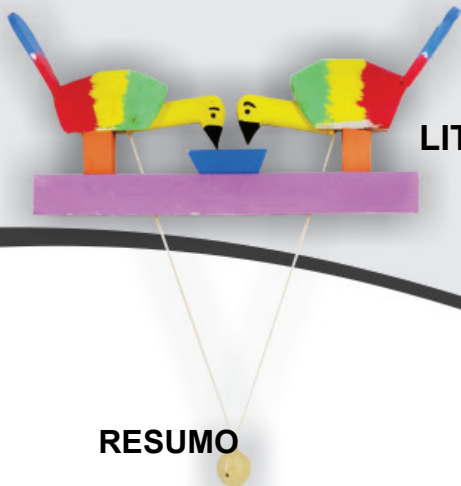




LITERATURA NA AMAZÔNIA, OU LITERATURA AMAZÔNICA?

LITERATURE IN AMAZON OR AMAZONIAN LITERATURE?

Márcio Souza*

RESUMO

Uma literatura amazônica parece ser algo tão improvável quanto uma literatura regionalista. Ambos os conceitos são invenções recentes. Trata-se de um rótulo tão pouco cultural e histórico que os sulistas acabaram por entender que regionalismo é tudo o que é produzido da Bahia para cima. O que precisamos é fugir do risco de nos deixarmos capturar em guetos, onde os parâmetros de recepção de nossas obras não são de excelência literária mas fruto da condescendência porque somos pobres e moramos longe. Não sei quem inventou a expressão literatura amazônica, mas ela tem inegavelmente uma conotação restritiva, uma roupagem ideológica que mais parece uma desculpa por antecipação. A Amazônia tem experiências humanas extraordinárias, que vêm de muito antes da chegada dos europeus. Essas experiências estão em sua grande maioria ainda disponíveis nas fontes originais, mas temos que tomar precauções para não continuarmos repetindo essa tradição de escritores sem leitores, de pintores sem apreciadores de quadros, de grupos de teatro sem espectadores. A Amazônia já deu sinais de que pode produzir autores de qualidade e com projeção nacional e internacional, o que precisa ser feito agora é a construção de uma real opção para os artistas da região. Literatura tem de ser feita para ser lida, o escritor tem que estabelecer um compromisso com os leitores, porque não existe literatura sem leitores. O fundamental é os escritores da Amazônia conquistarem os leitores da Amazônia, numa verdadeira integração literária, ou seja, que tenhamos uma literatura verdadeira, significativa e num permanente diálogo com os seus leitores.

Palavras-chave: Literatura; Amazônia; Escritor; Leitor.

ABSTRACT

An Amazonian literature seems to be so unlikely as a regionalist literature. Both concepts are recent inventions. They are a label so little cultural and historical that Southerners came to understand that regionalism is everything produced up of Bahia. We need to get out of the risk of being captured into ghettos, where the reception criteria of our works are not those of literary excellence but the result of condescension because we are poor and live far away. I do not know who invented the expression Amazonian literature, but it has undeniably a restrictive sense, an ideological appearance that looks more like an excuse in advance. Amazon has extraordinary human experiences, that come from long before the arrival of Europeans. These experiences are mostly still available in the original sources, but we need to be careful not to keep on repeating the tradition of writers without readers, painters without appreciators, theater groups without spectators. Amazon has already signaled that it can produce excellent authors with both national and international prominence, what needs to be done now is the construction of a real option to the authors from the region. Literature has to be made to be read, the writer has to establish a commitment to the readers, because there is no literature without readers. The fundamental thing is that writers of Amazon conquer the readers of Amazon, in a true literary integration, in other words, that we have an authentic, meaningful literature, in an ongoing dialogue with its readers.

Key-words: Literature; Amazon; Writer; Reader.

* dicate, Zona Franca, meu amor, Silvino Santos: o cineasta do ciclo da borracha, entre outras. Destacou-se também como cineasta e ensaísta (A selva; A expressão amazonense do neolítico à sociedade de consumo). Mais recentemente, tem-se dedicado a uma tetralogia sobre os anos em que a antiga Província do Grão-Pará, que fora durante todo o período colonial um Estado separado do Estado do Brasil, atravessou a série crise de sua anexação ao Brasil e de revoltas contra o poder do Rio de Janeiro e/ou contra a desigualdade social, de que padeciam sobretudo os negros e os indígenas. http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcio_Souza

Antes de mais nada, quero dizer que me sinto gratificado em estar aqui conversando com professores e escritores para pensar a literatura e a cultura de nossa Amazônia. Fora do grande vale, encontros como este são raros. Em geral, o nosso processo histórico, quando não é soterrado por medidas unilaterais engendradas nos gabinetes dos tecnocratas de Brasília, é sepultado por um certo ambientalismo apocalíptico, numa conspiração para nos manter numa fronteira econômica e espaço do primitivo. Para muitos brasileiros, a Amazônia ainda é um território distante, exótico, demograficamente rerefecido, difícil de compreender. O fato de esse encontro estar acontecendo com o apoio do Ministério da Cultura só nos dá esperanças. E parabênizo os organizadores por terem se preocupado em convidar escritores e poetas. Há alguns anos, os escritores brasileiros eram consultados sobre todos os assuntos: sexo, drogas, energia nuclear etc. Hoje, no Brasil, está ficando raro encontrar nas livrarias livros de escritores. Nas livrarias e nas listas dos mais vendidos há de tudo, humoristas, pastores evangélicos, magos, compositores de MPB e ex BBB. Invoco este momento de concorrências desleais em que vivemos para confessar o meu nervosismo de estar aqui, entre tantos mestres. Olho em volta e percebo que sou parte de uma minoria que mantém com o nosso idioma uma intimidade um tanto promíscua. Portanto, peço que não esperem nada de muito especial, pois vou falar apenas de algumas experiências pessoais, e de como um escritor pode raciocinar sobre questões como a existência ou não de uma literatura, no caso a literatura amazônica. Vejam em minhas palavras um esforço de manter o nível acadêmico que este encontro exige.

E, por favor, não levem muito a sério esse negócio de literatura amazônica, como também não levem nada a sério essa história de regionalismo. Uma literatura amazônica parece ser algo tão improvável quanto uma literatura regionalista. Ambos os conceitos são invenções recentes. O regionalismo, por exemplo, é uma invenção nordestina, um rótulo geográfico e ideológico que os nordestinos - que nunca inventaram a ideia de uma cultura do latifúndio, embora certas manifestações da literatura daquela região tenham um caráter tipicamente latifundiário - fomentaram para se contrapor ao esforço vanguardista do modernismo paulista e cario-

ca. Modernismo, aliás, de que participamos na primeira hora. Abgvar Bastos, Pereira da Silva e Bruno de Menezes que o digam. Trata-se de um rótulo tão pouco cultural e histórico que os sulistas acabaram por entender que regionalismo é tudo o que é produzido da Bahia para cima. A explicação é que talvez essa história de regionalismo tenha mais a ver com o vigor econômico de cada região geográfica, com o tamanho da pobreza, com a quantidade de políticos corruptos e folclóricos, enfim, esses índices do subdesenvolvimento físico e mental.

Quando me sinto exposto a rótulos desse tipo, logo me vem à mente o outro carimbo não menos preconceituoso: o de latino-americano. Eu tenho o maior orgulho de me declarar latino-americano quando podemos incluir os artistas e os escritores da Guiana Francesa, do Quebec, do Haiti, da Martinica; ou quando podemos reivindicar para o campo latino autores como Mário Puzo ou John dos Passos. Ao fazermos isso, veremos o espanto dos que usam o termo latino-americano como rótulo geo político. O que precisamos é fugir do risco de nos deixarmos capturar em guetos, onde que os parâmetros de recepção de nossas obras não são de excelência literária, mas fruto da condescendência porque somos pobres e moramos longe. De minha parte, durante muito anos recusei, e continuo recusando, editoras estrangeiras que queiram me colocar em coleções latino-americanas, porque autor latino-americano, na Alemanha, por exemplo, é analisado não pelo melhor crítico literário do jornal, mas pelos jornalistas que resenham livros sobre o turismo sexual na Tailândia. É para as mesas desses últimos que são encaminhados os livros exóticos que chegam do Terceiro Mundo, outro rótulo que se cola automaticamente à pele do latino-americano. Não sei quem inventou a expressão literatura amazônica, mas ela tem inegavelmente uma conotação restritiva, uma roupagem ideológica que mais parece uma desculpa por antecipação.

Esses guetos geopolíticos é que nós temos por obrigação rechaçar. É claro que há povos latinos, como há amazônidas. Eu mesmo sou amazonense de Manaus, filho de paraense de Alenquer, com muito orgulho, mas me considero cidadão do mundo e, espero, autor inscrito na grande vertente da literatura brasileira, braço possante da cultura de língua portuguesa, essa

por si uma rica floração da cultura latina. Estamos situados na outra margem do ocidente e postos como os principais guardiões de seus valores. Permitam-me aqui uma louvação à cultura latina, porque ela tem sido o Sal da Terra. A cultura latina foi a primeira cultura não provinciana, além de ter criado o conceito da alteridade, ou seja, a possibilidade do diferente ser diferente, foi Roma que estabeleceu as bases do Direito, que é hoje exercido em todo o mundo. São latinos, também, os conceitos de República e de democracia representativa, enfim, a nossa cultura americana é derivativa de uma grande tradição.

Há, no entanto, um aspecto comprometedor para o nosso tempo. Esta é a primeira vez depois da queda de Roma e na história moderna da humanidade que o mundo não está sob o domínio hegemônico de uma potência latina. O mundo hoje é dominado pelos herdeiros dos antigos bárbaros anglo-saxões, e isto quer dizer alguma coisa. Talvez estejamos todos pagando o preço do péssimo serviço meteorológico do Rei Felipe II, da Espanha. Se a Invencível Armada tivesse desembarcado na Inglaterra, com certeza, hoje não seríamos chamados de latino-americanos e provavelmente estaríamos menos preocupados com questões menores como identidade, um conceito que sequer faz parte da agenda da filosofia clássica.

E já que falei da questão da identidade, vou tomar a liberdade para contar uma história para vocês: viajávamos com um grupo de escritores pela Alemanha. Em todas as cidades a que chegávamos, sempre havia um estudante hispano-americano que se levantava e dizia: “por favor compañero yo queria plantear la cuestión de la identidad”. Bem, os meus colegas escritores, sob o pretexto de que tinham feito Ciências Sociais, mandavam que eu respondesse a questão. Minhas respostas buscavam dar um certo consolo ao jovem estudante, por certo, cheio de saudades de sua terra, mesmo porque as perguntas se repetiam sempre e sempre. Até que na décima cidade, quando o já esperado estudante hispano-americano “planteo la question de la identidad”, o escritor João Ubaldo Ribeiro pediu para responder, e disse, num espanhol que lembrava o Cantinflas: “mira compañero, en Brasil non hay la question de la identidad, porque en Brasil la Secretaria de Seguridad Pública da una tarjeta de identidad. Cuando uno tiene

problema de identidad, saca da tarjeta, mira la tarjeta e se acabo el problema de la identidad.”

É claro que o estudante se enrolou no poncho e deixou a sala em sinal de protesto, mas a resposta de João Ubaldo bem demonstrava que a preocupação do rapaz era de certo modo ociosa. A questão da Identidade, como já foi dito, não interessou nem aos filósofos clássicos, muito menos aos escolásticos. É redução psicológica de uma época que incentiva a pulverização e teme a diversidade. E como identidade é diversidade, há uma exagerada preocupação de certa intelectualidade que se sente transplantada na América e teme a despersonalização. Para evitar este perigo, invocam a questão da identidade como tema central. Se entendermos identidade como aquele conjunto de fatores que faz da França a França, e do Brasil o Brasil, mais uma vez escapamos do monolítico para a diversidade. Fernand Braudel achava que é a diversidade da França que forma a identidade de França, portanto, a identidade tomada como uma cultura pura e monolítica, que precisa ser defendida a todo custo, ou é retórica ideológica – tal qual o conceito de latino-americano –, ou é uma remissão da alma de colonizados – que gerou coisas como “As veias abertas da América Latina” –, o grande manual do masoquismo político ibero-americano.

Comecei por estes dois rótulos, justamente, para refutar a mania de que, em nome da nossa autoafirmação, sejamos sempre obrigados a juntar toda e qualquer herança, para formar uma identidade. Não podemos esquecer que temos uma trajetória de quinhentos anos no mundo contemporâneo. Meio milênio é muito pouco para assentar uma tradição, mas o suficiente para dar consistência a projetos nacionais. Portanto, ao observar esta trajetória de quinhentos anos da perspectiva da região amazônica, percebemos que neste período se formou um esboço de civilização, que tem sua presença hoje, digamos, mais enraizada no território brasileiro, mas que dentre os países Pan Amazônicos, talvez o Peru seja o país que apresente algo semelhante à experiência brasileira. Os outros países da bacia amazônica têm histórias intermitentes e praticamente resumidas ao século XX. Estes países têm sido caudatários das políticas do Brasil e do Peru, como é o caso da Colômbia, que só descobriu que tinha um pedaço na Amazônia quando o Peru invadiu o território no início do século e

fundou a cidade de Letícia. Foi uma terrível forma de se descobrir parte da Amazônia, mas felizmente a Colômbia acabou retomando o território

Retomando o nosso raciocínio, parece hoje pacífico que aqui na Amazônia se formou uma cultura nova, uma forma de viver que é própria da região. Na perspectiva de quinhentos anos, há na Amazônia uma intensa produção cultural, de música de extração popular, que não é música ameríndia mas originada nas diversas fusões culturais. Há uma música clássica, iniciada na segunda metade do século XIX e que prossegue no século XX. Há uma tradição de arquitetura, de costumes, alimentação, uma tradição nas artes plásticas e uma intensa atividade na literatura. Mas embora devamos nos orgulhar dessa trajetória, não podemos perder o senso crítico do que significou esse processo, não podemos perder o sentido verdadeiro do quanto custou essa formação. Desse modo, mesmo que seja para nos impor nos contextos nacionais ou internacionais, não podemos fazer desse processo histórico uma espécie de jogo de cartas que se lança à mesa para formar uma tradição a qualquer custo. Isto é, não podemos perder o senso crítico ao observarmos esse passado, aprendendo com ele, mas pondo-o em seu devido lugar. Porque compreender esse passado não é transformá-lo numa viseira que complique a fabricação do nosso futuro.

Nada de ilusões ou delírios de grandeza. No caso do Brasil, a literatura de língua portuguesa feita na Amazônia brasileira foi inaugurada pelo poeta e soldado Henrique João Wilkens, no século XVIII, com o poema “A Murahida ou a conversão do gentio Muhra”. Em seu tempo, já era um poema decadente do ponto de vista formal, uma floração tardia e medíocre de poesia épica que conhecera seus grandes momentos em Camões. Seu interesse é meramente documental, já que seus versos registram a guerra movida pelos portugueses aos índios Muhra, e a matança de 40 mil desses índios. A inauguração literária da Amazônia não é nada lisonjeira, começa com um poema genocida, mas não se deve soterrar Henrique João Wilkens, varrer para baixo do tapete, suprimi-lo numa perspectiva revisionista. Do poema de Henrique João Wilkens, temos que tirar lições, como temos que tirar lições dos relatos dos missionários e viajantes, de todos que contribuíram para o registro escrito da região.

Depois de Wilkens, o primeiro poeta nativo da Amazônia de língua portuguesa é Tenreiro Aranha, que nasceu no Amazonas, na cidade da Barra, mas cresceu em Belém, se formou aqui, deixou família inclusive aqui, seu filho e seu neto se criaram aqui em Belém. Seu filho foi um político importante, tornou-se em 1850 o primeiro Governador da Província do Rio Negro, atual Amazonas. Tenreiro Aranha foi um poeta importante justamente porque sua poesia significa uma transição entre a poesia retórica portuguesa e uma poesia mais lírica e comprometida com o mundo amazônico. Na verdade, o teatro de Tenreiro Aranha é mais importante, porque sua curiosa dramaturgia é um verdadeira ruptura com Portugal, embora inconsciente. A poesia de Tenreiro Aranha é uma poesia laudatória e circunstancial. Ele era um funcionário público, e inaugura na Amazônia a arraigada tradição provinciana de confundir o ofício de escrever com a ideia de capital social. Ou seja, o escritor não escreve para os leitores, mas para garantir a sua ascensão social. Era uma poesia feita nas circunstâncias para louvar as efemérides da nobreza portuguesa. Como homem político, era um conservador extremado e fiel súdito colonial que afirmava que “os direitos humanos era um veneno mortífero”. No entanto, seu teatro prenuncia a independência do Grão Pará.

Mas há um hiato no século XIX, uma espécie de esquecimento deliberado da primeira metade do século XIX na Amazônia, como se nada de importante tivesse acontecido. Do ponto de vista literário, realmente nada aconteceu, mas é desse período a obra política de dois importantes pensadores regionais, Patroni e o cônego Batista Campos. O primeiro deixou obra publicada, mas Batista Campos nunca escreveu livro, sua produção está espalhada em jornais e anais provinciais, à espera de que alguém a reúna e a organize.

Nessa ainda obscura primeira parte do século XIX, a região viveu um momento histórico doloroso, com a sua anexação forçada ao Império do Brasil, a política de provocação instalada desde o Rio de Janeiro e, posteriormente, o massacre sistemático de todas as lideranças locais e, a seguir, de 30% da população. Foi a chamada revolução da Cabanagem, que começou como uma crise pós-independência e terminou como insurreição popular desesperada. O resultado é a transformação da Amazônia em região atrasada e fronteira econômica, e o estabelecimento de um silêncio

político que durou mais de um século. A Cabanagem foi a maior revolução social do Brasil, provavelmente da América do Sul, atingindo e conflagrando toda a região amazônica, inclusive, parte do Amazônia colombiana, venezuelana, peruana e boliviana. Em 1845, quando a Regência promulgou a anistia aos revoltosos da Cabanagem, apenas os povos indígenas ainda resistiam, como os Muhra da Autazes e os Mawé, do rio Andirá, no Amazonas. E se o processo repressivo dificultou a floração de talentos literários, somente os Mawé guardaram a memória da grande revolução, registrada que está em seus Porantins, os remos mágicos, onde costumam escrever a história tribal, começando pela criação do mundo. O Porantim é uma clava de madeira pesada, decorada pelos sinais mnemônicos que contam a História Mawé, interpretada pelo pajé de cada aldeia.

Antigamente, como bons Tupi que são, os Mawé usavam o Porantim para romper a cabeça de seus prisioneiros, na cerimônia antropofágica de digerir os mais heróicos e corajosos dos inimigos. Nesse sentido, os Mawé são os únicos povos que usavam sua Biblioteca Nacional para eliminar seus inimigos. Quando os pajés se reúnem para “ler” o Porantim, acontece uma cerimônia que dura horas e horas, mas ao chegarem no episódio da Cabanagem, invariavelmente os narradores choram, relembando os traumas e horrores daquele período.

Depois, temos a experiência do Ciclo da Borracha. É nesse momento que a região amazônica se insere na economia mundial como fornecedora de matéria-prima. Com o Ciclo da Borracha, a Amazônia brasileira passa a contar com uma série de escritores em ação. Mas o que realmente ficou, e que importa, é o contista e romancista Inglês de Sousa, tio de Oswald de Andrade, homem do baixo Amazonas, e que legou uma obra forte, bastante inventiva, como os romances “O Cacaulista” e “Coronel Sangrado”, além de ter introduzido no Brasil o naturalismo com sua obra-prima, o romance “O Missionário”. O resto foram escritores menores, que reforçaram a sociedade da troca de favores, a sina dos escritores sem leitores, contrastando com os seus colegas do Rio de Janeiro, que na virada do século exercitavam seu ofício com espírito profissional, consolidando a indústria editorial brasileira.

O Brasil é um país curioso, porque ele é capaz de queimar etapas. Em 1819, quando foi publicado o

primeiro livro no Brasil, os hispano-americanos já contavam com um fundo editorial de mais de 500 títulos. Não vamos esquecer que os portugueses proibiram a imprensa na América-Portuguesa, ao contrário dos espanhóis, que abriram universidades e permitiram a imprensa. O modelo colonial português foi bem diferente do modelo espanhol. Os portugueses sempre foram mais objetivos, mais preocupados com detalhes, nunca se viu um português, como Balboa, com água pelo joelho tomando posse no Oceano Pacífico, em nome do rei da Espanha. Um português jamais faria isso, e não é por senso do ridículo. Nunca se viu um português atrás da fonte da juventude, eles estavam atrás de índios mesmo, de esmeraldas, de coisas muito concretas. E quanto à escola, universidade, imprensa, não era coisa para território colonial. Mas quando o primeiro livro foi publicado aqui, e foi um livro que não podemos dizer que vai ferir as instituições, porque era uma lista dos bens de um Arcebispo do Rio de Janeiro, o Brasil parecia fadado à boçalidade. Em 1880, supreeendentemente, o Brasil já tinha uma estrutura editorial moderna, igual à da França e dos Estados Unidos, os autores brasileiros já podiam assinar, como Joaquim Manoel de Macedo pôde assinar, contrato com o seu editor, nos mesmos princípios em que Herman Melville assinava com seu editor nos Estados Unidos. Mas a nossa região sempre esteve desafinada nesse campo da cultura. E o que temos na Amazônia é a persistência de uma literatura sem leitores, e que, em muitos casos, os próprios editores são os próprios autores. O romancista Inglês de Sousa editou por conta própria todos os seus livros, porque era juiz e tinha posses para isso. Mas seus livros só ganharam presença nacional, quando, muito depois de sua morte, passaram a ser editados por editoras comerciais do Rio e São Paulo.

É interessante meditarmos sobre a desimportância da literatura feita na Amazônia entre 1880 e 1910, e o papel político e econômico relevante desempenhado pela região no contexto nacional. Os políticos do Pará e do Amazonas, os deputados e senadores, desenvolveram no II Reinado e na Primeira República uma presença bastante progressista, votando ou apoiando causas como as da Abolição da Escravatura e a instalação da República Federativa. Talvez porque representassem uma economia regional moderna, os políticos da Amazônia não tinham ainda adquirido a conhecida postura caricata e subserviente dos atuais políticos que vão

para Brasília. Quer dizer, os palhaços só começaram a entrar na política regional no século XX.

Uma outra circunstância que nos tem afligido tem sido o penoso relacionamento da Amazônia com o Estado brasileiro. É possível dizer que não tem sido fácil o relacionamento do Estado com a nossa região. Hoje, não temos a censura, a legislação brasileira banuiu-a completamente, e a constituição garante completa liberdade de expressão. É claro que de vez em quando algum juiz enlouquecido manda apreender um quadro, mas é imediatamente obrigado a entregar o quadro de volta para o artista. Não há qualquer restrição na liberdade de expressão.

Mas se de um lado conseguimos construir pela primeira vez na história desse país um Estado sem nenhum mecanismo de censura, de outro lado, é possível dizer que o relacionamento dos segmentos culturais amazônicos com o Estado tem sido errático e inadequado. Porque as estruturas do Estado não são exatamente amigáveis para o relacionamento com os artistas, os artistas não compreendem os mecanismos do Estado. Mas esse relacionamento é importante. O Estado brasileiro hoje está aparentemente mais pródigo com os artistas, aumentando a oferta de recurso e incentivos fiscais. Por isso, não é ocioso nos debruçarmos sobre esse velho relacionamento, para melhor sabermos avançar. Dialogar com o Estado é um dos atributos da democracia, para que a ação governamental não veja as demandas da região com olhos de piedade, mas em pé de igualdade com as demais regiões do país. Não é mais possível admitir que os editais dos órgãos federais de cultura continuem a oferecer aos artistas regionais as menores quantias, geralmente muito abaixo daquelas destinadas aos artistas do sul e sudeste. Ou a tratar a região com um gueto.

O que desejo afirmar é que se o passado histórico é uma coleção de fatos muito importantes, não podemos nos deixar subjugados por esse passado, na busca de um lastro de tradição que não tem sentido. A Amazônia é ainda uma das pátrias do mito, é uma região de desafio tecnológico, é um turning point da civilização ocidental. A Amazônia tem experiências humanas extraordinárias, que vêm de muito antes da chegada dos europeus. Essas experiências estão em sua grande maioria ainda disponíveis, nas fontes originais, mas temos que tomar precauções para não continuarmos

repetindo essa tradição de escritores sem leitores, de pintores sem apreciadores de quadros, de grupos de teatro sem espectadores. É hora de superarmos essa mania de escritores preferirem uma noite de autógrafos e pagarem de seu bolso um livro a irem batalhar a edição numa editora profissional. E isso eu afirmo com muita tranquilidade, porque se há um país onde os autores têm possibilidades é o Brasil. É o único país da América-Latina que tem mercado interno. É um país que muitos autores hispano-americanos sonhariam ter, já que para se tornarem conhecidos precisam ser editados na Espanha. Mário Vargas Llosa vende muito mais no Brasil do que no Peru. Um autor brasileiro pode vender no Brasil um milhão de exemplares. O que quer dizer que os autores brasileiros podem escolher entre ser um funcionário que escreve, um professor universitário que escreve ou apenas um autor.

Se o nosso passado é rarefeito e nossas tradições pouco consistentes, temos a força de superação. A Amazônia já deu sinais de que pode produzir autores de qualidade e com projeção nacional e internacional, o que precisa ser feito agora é a construção de uma real opção para os artistas da região. No caso da literatura, ela não pode mais ser encarada como capital social e como subproduto da vaidade individual. Literatura tem de ser feita para ser lida, o escritor tem que estabelecer um compromisso com os leitores, porque não existe literatura sem leitores. O resto é aventura de linguagem, que eventualmente pode servir de matéria para alguma tese universitária, mas será descartável e perecível. O compromisso com o leitor é tão fundamental, que nem mesmo importa a questão da região ou a necessidade do escritor da Amazônia falar de sua própria região. Somente fará sentido ser escritor da Amazônia quando for possível um escritor ser lido não apenas no território de sua língua - se você escreve em espanhol, na Bolívia, no Peru, na Colômbia, na Venezuela, no Equador, ou inglês, se é da República da Guiana, ou francês, se é da Guiana, ou papiamentu, se é do Suriname -, mas estar presente nas livrarias do grande vale Amazônico, seja qual for a soberania política. O fundamental é que os escritores da Amazônia conquistem os leitores da Amazônia, numa verdadeira integração literária, ou seja, que tenhamos uma literatura verdadeira, significativa e num permanente diálogo com os seus leitores.